

# TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

## RESOLUÇÃO Nº 819/2018

Dispõe sobre o programa de assistência à saúde no âmbito da Justiça Eleitoral no Paraná.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o contido nos [artigos 183, 184, 185 e 230 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#);

CONSIDERANDO as alterações advindas da [Resolução TSE nº 23.563/2018](#), que dispõe sobre a remoção de servidores e a redistribuição de cargos de provimento efetivo no âmbito da Justiça Eleitoral;

CONSIDERANDO as restrições orçamentárias e a necessidade de se resguardar, em condições de sustentabilidade econômica, a assistência à saúde do servidor e de seus dependentes; e

CONSIDERANDO o contido no PAD nº 10582/2017,

### RESOLVE

Art. 1º O Programa de Assistência à Saúde dos membros efetivos, servidores ativos, removidos e aposentados, de seus dependentes e dos pensionistas civis do Tribunal observará o disposto nesta resolução e tem como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas à promoção da saúde.

Art. 2º A assistência à saúde de que trata esta resolução compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, ambulatorial e de enfermagem e será prestada nas seguintes modalidades:

I – assistência direta: realizada nas dependências do Tribunal;

II - convênio ou contrato: prestado por profissionais habilitados e instituições especializadas.

Parágrafo único. O plano de saúde custeado pelo Tribunal se dá na modalidade de pré-pagamento, resultando no recolhimento antecipado da mensalidade do mês de competência.

Art. 3º Para os efeitos desta resolução, são considerados beneficiários do Programa:

I – membros do Tribunal;

II – servidores ativos e aposentados;

III – servidores removidos para este Tribunal, optantes pelo Programa, vedada a acumulação com benefício equivalente no órgão de origem, comprovada com declaração expedida pelo órgão de origem;

IV – servidores sem vínculo, ocupantes de cargo em comissão;

V – pensionistas civis;

VI – dependente do servidor ativo, aposentado ou removido, desde que a qualidade esteja previamente anotada nos assentamentos funcionais, abrangendo:

- a) o cônjuge ou o companheiro na união estável;
- b) a pessoa divorciada ou que teve a sua união estável reconhecida e dissolvida judicialmente, com percepção de pensão alimentícia;
- ~~c) os filhos e enteados, solteiros e até 21 (vinte e um) anos de idade ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez;~~
- c) os filhos e enteados, até 21 (vinte e um) anos incompletos de idade ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez; ([Redação dada pela Resolução nº 901/2022](#))
- ~~d) os filhos e enteados, solteiros, entre 21 (vinte e um) e 24 (vinte e quatro) anos de idade, estudantes, regularmente matriculados no ensino médio ou em curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação;~~
- d) os filhos e enteados com idade entre 21 (vinte e um) anos e 24 (vinte e quatro) anos incompletos, estudantes, regularmente matriculados no ensino médio ou em curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação; ([Redação dada pela Resolução nº 901/2022](#))
- e) o menor, até 18 (dezoito) anos, sob guarda ou tutela, concedida por decisão judicial.

§ 1º A existência de dependente constante da alínea "a" exclui do Programa de Assistência à Saúde o dependente constante da alínea "b".

~~§ 2º As situações previstas nas alíneas "a" a "e" serão comprovadas mediante declaração da Seção de Registros Funcionais ou Seção de Direitos Previdenciários, conforme o caso.~~

§ 2º As situações previstas nas alíneas "a" a "e" do inciso VI serão consultadas pela Assessoria de Atenção à Saúde e Perícias no sistema de gestão de pessoas, para fins de verificação das respectivas averbações nos assentamentos funcionais. ([Redação dada pela Resolução nº 901/2022](#))

§ 3º A comprovação da invalidez dos dependentes da alínea "c" será feita pelo beneficiário, mediante a apresentação de laudo médico, submetido à análise pelo corpo médico deste Tribunal.

~~§ 4º A comprovação da condição referida na alínea "d" será feita pelo servidor, mediante a apresentação semestral do comprovante de matrícula atualizada no ensino médio ou em curso superior de graduação e pós-graduação, reconhecidos pelo Ministério da Educação.~~

§ 4º A comprovação da condição referida na alínea "d" do inciso VI será feita pela servidora ou servidor, junto à Seção de Registros Funcionais, se ativo(a), ou à Seção de Direitos Previdenciários, se aposentado(a), mediante a apresentação semestral do comprovante de matrícula atualizada no ensino médio ou em curso superior de graduação e pós-graduação, reconhecidos pelo Ministério da Educação. ([Redação dada pela Resolução nº 901/2022](#))

Art. 4º É de responsabilidade do beneficiário titular:

- a) a atualização dos dados cadastrais próprios e de seus dependentes;
- b) a comunicação formal à Secretaria de Gestão de Pessoas, no prazo de 30 (trinta) dias, da ocorrência de qualquer fato que implique a perda ou alteração da condição de beneficiário, a fim de afastar a responsabilidade pelo acerto financeiro decorrente da omissão.

~~Art. 5º Poderão ser admitidos no Programa de Assistência à Saúde, na qualidade de agregados do servidor ativo, aposentado e removido, os filhos e enteados, solteiros e que não mantenham união estável, maiores de 21 (vinte e um) anos de idade, ressalvados os casos previstos no art. 3º, inciso VI, alínea d.~~

Art. 5º Poderão ser admitidos(as) no Programa de Assistência à Saúde, na qualidade de agregados(as) da servidora ou do servidor ativo(a), aposentado(a) e removido(a), os(as) filhos(as) e enteados(as), com idade entre 21 (vinte e um) anos e 39 (trinta e nove) anos incompletos, ressalvados os casos previstos nas alíneas "c" e "d" do inciso VI do art. 3º. ([Redação dada pela Resolução nº 901/2022](#))

Parágrafo único. A despesa decorrente da inclusão de agregado ao Programa de Assistência à Saúde será custeada integralmente pelo servidor e seu valor será descontado em folha de pagamento.

~~Art. 6º Os pedidos relacionados ao Programa de Assistência à Saúde deverão ser dirigidos à Seção de Atenção à Saúde, por meio de Processo Administrativo Digital (PAD), e serão apreciados pela Secretaria de Gestão de Pessoas.~~

Art. 6º Os pedidos relacionados ao Programa de Assistência à Saúde deverão ser dirigidos à Assessoria de Atenção à Saúde e Perícias, por meio de Processo Administrativo Digital (PAD), e serão apreciados pela Secretaria de Gestão de Pessoas. ([Redação dada pela Resolução nº 901/2022](#))

Art. 7º A adesão de beneficiário ao Programa de Assistência à Saúde será efetivada no 1º (primeiro) dia do mês subsequente ao deferimento pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

~~§ 1º Para fins de cumprimento dos prazos de vigência, os requerimentos de inclusão deverão ser encaminhados à Seção de Atenção à Saúde até o dia 15 (quinze) do mês.~~

§ 1º Para fins de cumprimento dos prazos de vigência, os requerimentos de inclusão deverão ser encaminhados à Assessoria de Atenção à Saúde e Perícias até o dia 15 (quinze) do mês. ([Redação dada pela Resolução nº 901/2022](#))

§ 2º A adesão de beneficiário recém-nascido será efetivada no 31º (trigésimo primeiro) dia após o nascimento, tendo direito, no período anterior, à cobertura do plano de saúde do titular.

~~§ 3º O servidor, ao entrar em exercício no cargo, poderá requerer sua adesão ao Programa de Assistência à Saúde, bem como de seus dependentes, que ocorrerá no 1º (primeiro) dia útil após o deferimento pela Secretaria de Gestão de Pessoas.~~

§ 3º A servidora ou o servidor, ao entrar em exercício no cargo, poderá requerer sua adesão ao Programa de Assistência à Saúde, bem como de seus dependentes, que ocorrerá no 1º (primeiro) dia útil após o deferimento pela Secretaria de Gestão de Pessoas, desde que observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias da data do referido exercício. ([Redação dada pela Resolução nº 901/2022](#))

~~Art. 8º O servidor removido poderá optar pelo plano de assistência à saúde oferecido pelo órgão no qual estiver em exercício, mediante requerimento endereçado à Seção de Atenção à Saúde.~~

Art. 8º O servidor ou a servidora removido(a) poderá optar pelo plano de assistência à saúde oferecido pelo órgão no qual estiver em exercício, mediante requerimento endereçado à Assessoria de Atenção à Saúde e Perícias. ([Redação dada pela Resolução nº 901/2022](#))

§ 1º O custeio do plano de assistência correrá por conta do órgão em que o servidor tiver feito a opção de que trata o caput deste artigo.

§ 2º O valor correspondente à cota-parte do servidor removido para este Tribunal será descontado em folha de pagamento ou, não sendo possível realizar este procedimento, o servidor removido deverá recolher esse valor por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União -, até o 5º (quinto) dia útil do mês de competência.

§ 3º A cota-parte prevista no parágrafo anterior será igual ao montante devido pelos servidores deste Tribunal.

Art. 9º O percentual de participação deste Tribunal e dos beneficiários no custeio do Programa de Assistência à Saúde será estabelecido pela Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, de acordo com a disponibilidade orçamentária, no exercício financeiro em curso.

~~Art. 10. A exclusão, a pedido, do Programa de Assistência à Saúde deverá ser formalizada mediante formulário próprio, encaminhado por Processo Administrativo Digital (PAD) à Seção de Atenção à Saúde.~~

Art. 10. A exclusão, a pedido, do Programa de Assistência à Saúde deverá ser formalizada mediante formulário próprio, encaminhado por Processo Administrativo Digital (PAD) à Assessoria de Atenção à Saúde e Perícias. ([Redação dada pela Resolução nº 901/2022](#))

§ 1º A exclusão, a pedido, do Programa de Assistência à Saúde deverá observar a permanência mínima de 12 (doze) meses e a quitação de eventuais débitos.

§ 2º A exclusão será efetivada em até 24 (vinte e quatro) horas após ter sido dada ciência à operadora do plano de saúde e o pedido tem caráter irrevogável.

§ 3º Após exclusão do Programa de Assistência à Saúde, novo pedido de inclusão importará em cumprimento das carências determinadas pela operadora.

Art. 11. A exclusão compulsória do Programa de Assistência à Saúde ocorrerá nas seguintes situações:

I – exoneração, dispensa do cargo em comissão (no caso de servidor sem vínculo) ou demissão;

II – vacância por posse em cargo inacumulável em outro órgão;

III – redistribuição para outro órgão;

IV – falecimento do beneficiário;

V – licença sem remuneração;

VI – decisão administrativa ou judicial; e

VII – fraude ou inadimplência e outras situações previstas em lei;

VIII – retorno do servidor removido ao Tribunal de origem.

IX – após o decurso de 30 (trinta) dias do conhecimento de fato que enseje a exclusão do plano de saúde como dependente, sem que tenha havido requerimento de alteração da condição de beneficiário(a) ou de exclusão; ([Incluído pela Resolução nº 901/2022](#))

X – a partir do 1º (primeiro) dia do mês seguinte ao que o (a) beneficiário(a) agregado(a) completar 39 (trinta e nove) anos de idade. ([Incluído pela Resolução nº 901/2022](#))

~~Parágrafo único. O servidor ativo, em licença sem remuneração, poderá optar, mediante requerimento endereçado à Seção de Registros Funcionais, por permanecer no Programa de Assistência à Saúde, devendo recolher, mensalmente, por GRU – Guia de Recolhimento da União –, até o 5º (quinto) dia útil do mês de competência, o valor integral da mensalidade, sem o subsídio do Tribunal, observado o disposto no [art. 183, § 3º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), alterada pela [Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003](#).~~

Parágrafo único. A servidora ou servidor ativo(a), em licença sem remuneração, poderá optar, mediante requerimento endereçado à Assessoria de Atenção à Saúde e Perícias, por permanecer no Programa de Assistência à Saúde, devendo recolher, mensalmente, por GRU – Guia de Recolhimento da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês de competência, o valor integral da mensalidade, sem o subsídio do Tribunal, observado o disposto no [art. 183, § 3º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#), alterada pela [Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003](#). ([Redação dada pela Resolução nº 901/2022](#))

Art. 12. Em caso de falecimento do servidor ativo ou aposentado, seus dependentes e agregados poderão permanecer no Programa de Assistência à Saúde deste Tribunal, na condição de agregados, mediante solicitação e autorização do beneficiário da pensão civil, após o período segurado pela instituição contratada.

Art. 13. Após a exclusão do beneficiário do Programa de Assistência à Saúde, o cartão de identificação será automaticamente cancelado pela operadora do plano de saúde.

Art. 14. A implantação e a administração do Programa de Assistência à Saúde, nos termos desta resolução, é de competência da Secretaria de Gestão de Pessoas.

~~Art. 15. À Seção de Atenção à Saúde caberá o controle e a movimentação cadastral de todos os beneficiários do Programa de Assistência à Saúde deste Tribunal.~~

Art. 15. À Assessoria de Atenção à Saúde e Perícias caberá o controle e a movimentação cadastral de todos os beneficiários do Programa de Assistência à Saúde deste Tribunal. ([Redação dada pela Resolução nº 901/2022](#))

~~Art. 16. A Seção de Atenção à Saúde fiscalizará os serviços prestados pelos profissionais ou pelas instituições conveniadas ou contratadas.~~

Art. 16. A Assessoria de Atenção à Saúde e Perícias fiscalizará os serviços prestados pelos profissionais ou pelas instituições conveniadas ou contratadas. ([Redação dada pela Resolução nº 901/2022](#))

~~Art. 17. Fica assegurada a permanência de todos os dependentes e agregados, incluídos com fundamento nas Resoluções TRE/PR nº 663/2013 e nº 738/2016, que estejam vinculados ao Programa de Assistência à Saúde deste Tribunal na data da publicação desta Resolução, aplicando-lhes, no que couber, as disposições ora instituídas.~~

Art. 17. Fica assegurada a permanência dos(as) dependentes e agregados(as) que, embora não atendam mais os requisitos ora estabelecidos, estejam vinculados(as) ao Programa de Assistência à Saúde deste Tribunal com fundamento nas normas então vigentes, aplicando-lhes, no que couber, as disposições que lhes sejam posteriores. ([Redação dada pela Resolução nº 901/2022](#))

Art. 18. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas e submetidos à Diretoria-Geral.

Art. 19. Revoga-se a [Resolução TRE-PR nº 738/2016](#).

Art. 20. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DE SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, em 12 de novembro de 2018.**

**Des. LUIZ TARO OYAMA, Presidente**

**Des. GILBERTO FERREIRA, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral**

**PEDRO LUÍS SANSON CORAT**

**PAULO AFONSO DA MOTTA RIBEIRO**

**ANTONIO FRANCO FERREIRA DA COSTA NETO**

**JEAN CARLO LEECK**

**Des. LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO**

**ELOISA HELENA MACHADO, Procuradora Regional Eleitoral**